

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA – SABERES, RUPTURAS E RESISTÊNCIAS

Christiano Ricardo dos Santos¹

<http://lattes.cnpq.br/3125597727820466>

Recebido em 9 de julho de 2019

Aceito em 28 de novembro de 2019

Resenha de: CASTRO. Edna Maria Ramos de. Territórios em transformação na Amazônia – saberes, rupturas e resistências / Edna Maria Ramos de Castro – organizadora. – Belém: NAEA, 2017. 408p.

A presente análise aparece no debate acadêmico e político numa perspectiva interdisciplinar e volta-se na compreensão da Amazônia contemporânea em uma região em processos de transformação do território. Os textos que compõem a obra *Territórios em transformação na Amazônia saberes, rupturas e resistências* compõem um inventário sobre a região amazônica, com contribuições e abordagens vindas de diferentes teorias num imenso campo intelectual e intenso debate com teorias críticas, ecologia política e estudos decoloniais. O livro apresenta uma complexidade e especificidade que marcam o território amazônico buscando compreender a natureza das novas dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas onde uma rede específica se estabelece.



O livro é composto por 18 artigos, subdivido em seis capítulos. No primeiro capítulo *Novas Configurações nos Territórios* Edna Castro em seu artigo *Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência*, trata das alterações territoriais ocorridos na Amazônia contemporânea, resultado de mudanças e situações específicas a partir da categoria referidas às transformações no território, considerando as interações dos processos locais e a nova dinâmica dos mercados globais e suas redes, fluxos e conexões transnacionais dos agentes econômicos sobre os recursos naturais. A complexidade dos processos superpostos no território, o texto apresenta as interseções entre as políticas nacionais entre países de fronteira amazônica no tocante à produção de *commodities* agrícola e mineral na compreensão da dinâmica de atores sociais a partir de conflitos e dominação. A autora desvela as ações do Estado, suas estratégias sobre o território voltadas para a Amazônia, deixando

¹ Graduação em Geografia. Mestre em Educação. Doutorando do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA/UFPA. E-mail: chrsantosmcp@gmail.com

explicito o jogo da política governamental na ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, rica em recursos mineral, hídrico e de biodiversidade. As estruturas que envolvem a condução da IIRSA e do PAC, apontam mecanismos para o atendimento de interesses externos que, ao basear-se na integração nacional legitimam para um corredor de exploração tornando um gigante das *commodities* agrícolas e minerais. Edna Castro sustenta a tese de que a integração se dá no plano político estratégico, sobretudo nas áreas de fronteira onde muitos projetos estão voltados para a Amazônia, pois os impactos sociais e ambientais não reconhecem as fronteiras políticas entre países.

Simy Corrêa apresenta em seu artigo *Conceito de natureza e suas implicações para o direito do meio ambiente* um debate sobre o meio ambiente onde suas palavras-chave foram ou são sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Para a autora, esse debate pode ser multidisciplinar como transversal dependendo do rigor metodológico em determinados processos e lógicas. A autora nos faz entender a tentativa arqueológica do conceito de natureza num resgate histórico ocidental marcante na filosofia para entender a influência da construção do saber nos mostrando que a natureza é apenas cenário onde o homem é o protagonista, o ator principal em cena, ou seja, a natureza já foi sagrada e nem sempre foi vista como coisa ou como objeto. Dessa forma, a autora traz a reflexão de conceitos-chave como desenvolvimento, diferença, interculturalidade numa perspectiva retórica da modernidade sobre a particularidade de territórios o que caracteriza a realidade de regiões da Amazônia.

No segundo capítulo *Mineração* no artigo *Desastre e tensões em Barcarena: à luz de disputas territoriais*, Eunápio Dutra do Carmo aponta as novas dinâmicas impostas ao município de Barcarena/PA sob um olhar das novas territorialidades complexas em diferentes escalas de gestão e poder redefinido pelo território-rede. Estes movimentos apontam os múltiplos territórios protagonizados pelos diferentes atores sociais pelas forças de apropriação e possibilidades de usos estratégicos para projetos e atividades desses atores sociais, possibilitando o aumento de desastres socioambientais atingindo diretamente a sociedade local, promovendo uma desigualdade social e ambiental.

Numa análise dos deslocamentos forçados oriundos das implantações e expansão portuária-urbanística-industrial no município de Barcarena/PA, o artigo *Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena*, Marcel Hazeu analisa desde a década de 2010 o novo ciclo de acumulação capitalista da Amazônia baseada em conflitos de terra entre agentes sob formas diferentes de domínio e concepção do espaço onde o processo de desapropriação evidenciam suas contrariedades. O autor salienta que os projetos de modernização à força colocam em cheque os projetos de reocupação de terras e a dominação pelo capital globalizado que faz necessário um pensar em políticas sociais territoriais libertadoras e afirmativas, inclusive sobre deslocamento e reassentamento.

Nesta perspectiva sobre sistemas migratórios (deslocamento, reassentamento), o artigo *Novos/velhos conflitos: a resistência quilombola e a persistência da lógica de exploração minerária* a autora Suely Alves destaca a luta pelo reconhecimento dos direitos de populações negras no processo de redemocratização do país, além das articulações sociais pelas chamadas comunidades quilombolas na busca de garantir direitos diversos e sobretudo o direito no território onde habitam. A autora destaca a atenção a conflitos sociais além do Estado como agente do campo econômico desempenhando papel importante na intervenção sobre terras e direitos de comunidades quilombolas em defesa de sua territorialidade.

Num debate sobre a transparência pública e acesso à informação, Jader Gama em seu ar-

tigo *Transparência pública nos municípios com atividades de mineração no Pará* discute que a Lei de Acesso a Informação ajuda no fortalecimento da democracia, de transições, pela busca pelo exercício da cidadania e a participação da vida pública, porém no estado do Pará ainda há uma ruptura de pesquisas sobre transparência pública encontrando-se em níveis entre baixa, muito baixa e zero, dificultando o acesso à informação e cultivar uma cidadania cívica em seus territórios.

No capítulo III – *Hidrelétricas*, o artigo *Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte* cuja autoria é de Sabrina Nascimento e Edna Castro, as autoras enfatizam o debate sobre a violência dos grandes projetos na Amazônia como é o caso da construção de Belo Monte, mostrando que a impossibilidade que o desenvolvimento tem de ser justo quando o seu paradigma principal continua sendo a expansão da fronteira do capitalismo. Assim, o investimento de grandes empreendimentos hidroelétricos no país está associado à expansão da oferta de energia para atender ao setor industrial e grandes cidades, ficando evidente que as empresas e o Estado possuem um grande capital de comunicação e financeiro para subsidiar a produção positiva sobre a construção das UHE. Esses argumentos são apresentados por Larissa Cunha e Edna Castro no artigo *Relações de poder na política energética brasileira: discursos e materiais das empresas no processo comunicacional sobre hidrelétricas no rio Tapajós*. Para as autoras, o grande desafio é entender o significado do poder comunicacional cujo objetivo é legitimar a ação empresarial de implantação de usinas no rio Tapajós, bem como a opinião públicas convergentes aos interesses empresariais. Esta abordagem que envolve políticas nacionais dos recursos naturais da Amazônia e devido nas bacias amazônicas estarem em potencial hídrico em expansão de energia nacional, Marília Lobato e Arley Costa destacam que as hidrelétricas surgem como parte das ações governamentais sob o discurso de fomentar o avanço energético do Brasil. Neste sentido, o artigo *Expansão energética na Amazônia: entre discursos e contradiscursos no Amapá* os autores supracitados, abordam as discrepâncias entre os impactos e o discurso oficial e os efeitos sobre as populações locais, no caso específico no município de Ferreira Gomes/AP. Diante do exposto, os autores salientam que a Amazônia reflete a criação de políticas de exploração de maneira desenfreada sobre os recursos naturais sem proporcionar assistência às populações locais que ergueram seus territórios, devendo ficar atentos aos efeitos de empreendimentos e buscar construir ações que gerem uma atuação transformadora dos agentes no processo de exploração dos recursos hídricos da Amazônia.

Na lógica da comunicação e na busca da compreensão da dominação imposta por grandes projetos na Amazônia, Pedro Bragança destaca em seu artigo *Regulação da mídia: uma demanda pública* na busca de fatos, faz a análise de reportagens para a construção do próprio entendimento sobre o que é noticiado, na busca de narrativas feitas pela mídia tradicional, porém o palco da comunicação ainda está na TV e rádio que são concessões públicas que precisam ser regulamentadas. Para o autor, o que assegura a garantia de mais democracia, compreendendo que a comunicação é um direito fundamental de cidadania.

No capítulo IV *Estradas, ferrovias e portos* vem planejando e executando políticas públicas infraestruturais de maneira contínua e de longo prazo. Assim, Jondison Rodrigues enfatiza em seu artigo *Identificação, análise e relação de poder da política portuária no oeste do Pará (Itaituba)* que o governo federal desde 2007, planejou e executou políticas públicas de forma contínua por meio de financiamento público, incentivos fiscais e concessões de terras e autorizações para portos privados. Salienta-se a política pública portuária desenvolvida no município de

Itaituba/PA como forma de antecipação espacial e ordenamento territorial, além de mostrar a relação entre as políticas públicas portuárias municipal e federal. Ainda na mesma região do oeste do Pará, o artigo *Desenvolvimento da Amazônia? O plano BR-163 sustentável dez anos depois* de Rosane Brito e Edna Castro apresentam as novas mudanças do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia após dez anos do plano para a área de influência da BR-163 – Rodovia Santarém-Cuiabá, plano este definido pelo governo federal como estratégico para a Amazônia. A área de abrangência da BR-163 é um mosaico de terras indígenas, unidades de conservação e várias atividades econômicas e que até o presente momento, os planos para a Amazônia não demonstram a inversão das prioridades que fortalecem o grande capital, mantendo as desigualdades sociais, gerando danos sociais e ambientais, mesmo a região sendo rica, de múltiplas culturas e povos diversos.

No estudo de Raifran Castro em *As ferrovias como instrumento de territorialização empresarial em comunidades rurais*, o autor apresenta a relação entre grandes empresas e comunidades rurais, trazendo um destaque para as ciências humanas e sociais com foco na Amazônia brasileira. Dentre os grandes investimentos públicos em grandes projetos econômicos, o uso de ferrovias, para *commodities*, visam atender a demanda internacional estabelecendo um poder diante das comunidades localizadas nas cercanias.

No capítulo V – *Cidades* as autoras Iraneide Silva e Edna Castro abordam a cidade entre cultura, política, relações sociais, saberes, hábitos e suas interações entre grupos sociais em *Dimensões sociais das práticas alimentares e da sociobiodiversidade como expressão amazônica* imprimindo traços de tradição e modernidade à gastronomia enquanto fenômeno social e representação simbólica. Por outro lado, podem se converter em objeto de disputa entre grupos econômicos de acordo com demandas regionais do mercado gastronômico e as tensões sociais diante das perspectivas de mudanças nas dinâmicas do mercado local, nacional e global. Numa visão sobre o mercado imobiliário, Welson Cardoso acompanha a consolidação do capital financeiro no processo de formação da cidade em *A financeirização da cidade e o mercado imobiliário como espaço de reprodução e acumulação do capital* buscando tangenciar as perspectivas teóricas defendidas por Chesnais e Harvey inerentes à mundialização do capital e o fortalecimento do mercado de capitais com clara tendência da financeirização da habitação e forçada a submeter-se as regras do capital imobiliário no âmbito das metrópoles como é o caso de Belém/PA.

No artigo *Desafios dos governos subnacionais amazônicos na governança das mudanças climáticas: experiências do Pará, do Acre e do Amazonas*, Alberto Silva, William Rocha e Brenda Castro discutem acerca do meio ambiente internacional e de eventos climáticos extremos em regiões vulneráveis como é o caso da Amazônia, tornando pauta de discussão internacional sobre a redução de emissão de gases-estufa, mitigação às mudanças climáticas e combate aos efeitos do aquecimento global.

No capítulo VI – *Experiência Extensionista* refletem as trocas culturais, tecnológicas e políticas da extensão universitária. No artigo *Barcarena livre: resistência e lutas de comunidades tradicionais frente aos desastres socioambientais da mineração*, sob autoria de Eunápio do Carmo, Marcel Hazeu, Nádia Nascimento e Solange Costa, visam contextualizar a formação do movimento social “Barcarena Livre”, onde industriais e portos disputam espaços com comunidades locais no contexto das lutas sociais desde a década de 1970. A narrativa busca identificar e descrever percursos históricos e as experiências e vivências com seus antecedentes, tendo como foco principal as relações históricas e sociais que se encontram nas estruturas de dominação

do capital no município. Em *Comunicação comunitária digital com software livre para os movimentos sociais de Barcarena: uma proposta extensionista para o campo da mineração* de autoria de Jader Gama, Larissa Carreira e Jondison Rodrigues buscaram apresentar um projeto interventivo e promover uma instrumentação de resistência das margens (movimentos sociais e lideranças), ou seja, promover ferramentas tecnológicas de comunicação digital livre, no intuito dos movimentos sociais usarem como estratégias contra-hegemônicas no contexto da chegada de outros agentes econômicos em Barcarena.

Por fim, este livro composto por 18 artigos fomenta a discussão e o debate da Amazônia contemporânea organizado por Edna Castro, que evidencia algumas ideias trazidas pela organizadora. Alerta para os desafios e a necessidade de mediação de teorias clássicas com a realidade amazônica. Na obra podemos perceber a importância do território e da territorialidade como conceito para compreensão dessas dinâmicas multidimensionais. De tal forma se faz presente as novas dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas das particularidades e diversidades da região amazônica.